

5 Conclusões

Segundo o Dicionário Michaelis de Língua Portuguesa, crônica é uma “Narração histórica, pela ordem do tempo em que se deram os fatos”. Sendo a frustração dos MFTs e outros MSTs no processo anunciada e esperada de certa forma, alguns dos fatos já estavam explícitos no próprio título dessa “crônica”. No entanto, o que não estava explícito a princípio era a decisão de alguns MFTs de permanecer engajados em um processo que se dava em um contexto onde as expectativas de mudança pareciam escassas.

Dado que a descrença com as iniciativas institucionais do sistema ONU – especialmente as conferências para debater os direitos – vinha crescendo desde a segunda metade da década de 90, era de se esperar que os movimentos não depositassem tantas esperanças no processo FfD. Contra-intuitivamente, porém, alguns dos MFTs de maior visibilidade no ativismo feminista transnacional não só julgaram importante participar do processo, como o percebiam a princípio como um espaço de debate de onde poderiam surgir alternativas reais ao Consenso de Washington, modelo econômico ao qual se opõem. A partir dos discursos dos MFTs, contidos nos relatórios nos primeiros e últimos PrepComs, foi possível apontar aqui as expectativas que estes tinham em relação ao processo a princípio e a mudança de perspectiva ao longo do tempo. Pude apontar também o ponto de inflexão que o 11 de setembro representou na intensificação das perspectivas de frustração.

Assim, se essa frustração já era esperada – para alguns desde o fim da década de 90, para outros especialmente após o 11 de setembro – por que alguns MFTs decidiram permanecer engajados no processo FfD, apesar das perspectivas anunciadas de frustração? Trabalhei com duas hipóteses que buscavam entender essa decisão.

A primeira hipótese é claramente percebida nos discursos dos MFTs que participaram, através da análise dos relatórios destes em relação ao processo FfD e das entrevistas realizadas com algumas representantes de MFTs. Segundo essa hipótese, a decisão de engajamento – a priori contra-intuitiva – é decorrência de dois fatores: a percepção da ONU como espaço de engajamento imprescindível; e

a importância das bandeiras de luta dentro de um processo de longo prazo e não como busca imediatista de resultados.

A segunda hipótese é percebida através do questionamento do próprio esforço discursivo dos MFTs, buscando justificar sua decisão de permanecer engajados. Essa hipótese entende essa decisão como permeada de lógicas de poder internas aos MFTs que buscam a manutenção dos espaços institucionais duramente conquistados desde a Década da ONU para as Mulheres. Assim, aqueles que ficam, o fazem para manter um espaço de reconhecimento institucional que lhes provê algum tipo de poder dentre os movimentos. E dada a perspectiva anunciada de frustração, esses movimentos engajam-se em um esforço considerável de justificar sua decisão de manter-se no processo.

Ambas as hipóteses ajudam a entender o comportamento dos MFTs nesse caso. A conclusão aponta para a própria natureza dilemática dessa estratégia. Isso implica dizer que, no afã de preencher os diversos espaços de debate político cujas agendas têm mais visibilidade, os MFTs acabam passando por diversos dilemas. A tentativa de perseguir uma estratégia inside/outside gera contradições, que também estão ligadas à própria instabilidade da categoria de gênero que está na base dos discursos e ações dos MFTs.

Assim, as conclusões dessa análise levantam as dificuldades de respostas simplistas em relação aos comportamentos dos MFTs. Apesar de que a resposta mais intuitiva seria apontar para a ingenuidade dos MFTs ao engajar-se no processo, essa resposta só revelaria a própria ingenuidade do observador. Após décadas de experiência de engajamento em esferas institucionais, os MFTs desenvolveram capacidades de análise das oportunidades e constrangimentos dos espaços de debate. Sendo assim, a decisão de engajar-se está permeada por conflitos internos, relações de poder e dilemas que busquei trabalhar aqui. Isso implica dizer que as estratégias dos movimentos estão embasadas em suas dimensões tanto instrumentais quanto expressivas. Então, a própria face dual dos movimentos constitui fonte de inúmeros dilemas.

Essa dissertação buscou, assim, engajar-se em um debate mais amplo das ciências sociais em torno do entendimento dos processos e contradições dos movimentos sociais, do potencial emancipatório do(s) feminismo(s) e das opressões de gênero estruturantes do próprio projeto do desenvolvimento. Dessa forma, o objetivo foi contribuir para os debates dessas agendas de pesquisa.

Nesse processo de pesquisa, algumas questões permanecem pouco exploradas e oferecem pistas para o futuro. Em primeiro lugar, a escassez de relatos dos movimentos que não participaram ou abandonaram o processo em algum momento por opção constitui uma lacuna da presente análise pela própria dificuldade de se obter informações sobre a não-participação, o não-engajamento. O estudo da perspectiva de MFTs que decidem não engajar-se em uma agenda como esta pode oferecer pistas importantes sobre os dilemas enfrentados por estes e sobre como estes dilemas afetam seu comportamento e suas dinâmicas expressivas e estratégicas.

Por outro lado, o estudo do processo decisório dentro dos MFTs pode também oferecer pistas sobre tais dilemas e dinâmicas. Existe a dificuldade metodológica clara de se obter acesso às informações sobre o processo decisório, as dinâmicas de poder, os conflitos, a construção de coalizões e a formação de *framings*. A observação participante e a pesquisa-ação podem ser saídas para essa dificuldade, quando estas forem opções disponíveis para o pesquisador.

Além disso, no caso da agenda FfD, a relação das perspectivas dos MFTs com as perspectivas dos MSTs, governos e OIs poderia enriquecer o entendimento do ambiente em que se deram os debates. Esse estudo esteve além do escopo dessa pesquisa. Ainda sobre o caso FfD, permanece o questionamento se a “retórica da frustração” não foi construída pelos MFTs para exercer um papel estratégico. Uma vez percebido que o processo não acarretaria as expectativas iniciais, a frustração pode tornar-se estratégica na medida em que permite denunciar justamente as dinâmicas aos quais os MFTs se opõem. Essa é uma pista de pesquisa futura e que pode se beneficiar justamente da análise mais aprofundada dos processos decisórios e outras dinâmicas internas dos MFTs.

Por fim, se faz necessário um esclarecimento a respeito do título da dissertação. Em um relatório pós-conferência, Amartya Sen (2002) questionava que consenso (*which consensus?*) era o de Monterrey, visto que os pontos acordados no consenso foram altamente contestados e privilegiavam uma certa visão do desenvolvimento. Dado que o conteúdo do consenso é apenas marginal à análise que fiz, na qual o próprio processo de debate é o cerne, recoloco a pergunta: consenso de quem?

Em seu relatório final, o Fórum Global de ONGs de Monterrey rejeitou o consenso e declarou não fazer parte dele. Não diferente, os MFTs que

acompanharam o processo o consideram um retrocesso em relação aos documentos assinados na década de 90, como a Plataforma de Ação de Beijing. Estar em consenso é estar de acordo, encontrar uma base comum. O documento de Monterrey está longe disso, ao excluir desse acordo diferentes pontos de vista, como os dos Movimentos Feministas Transnacionais.